

Governo economiza R\$ 37,9 bilhões até agosto

Superávit primário equivale a 4,02% do PIB; meta acertada com o FMI é de 2,45%

ADRIANA FERNANDES
e RENATO ANDRADE

BRASÍLIA – O governo federal conseguiu nos sete primeiros meses do ano economizar R\$ 37,98 bilhões, o equivalente a 4,02% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse é o tamanho do superávit primário (receitas menos despesas, excluídos os gastos com juros) das contas do governo central, que inclui o Tesouro, o INSS e o Banco Central. Em julho, informou ontem o Ministério da Fazenda, este superávit foi de R\$ 3,64 bilhões. O esforço fiscal do governo federal acumulado até o mês passado, obtido com controle das despesas com investimentos e aumento das receitas tributárias, já está próximo da meta de R\$ 41,1 bilhões, estabelecida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para todo o ano nas contas do governo central, correspondente a 2,45% do PIB.

A expectativa do governo agora é de superávits menores até o fim do ano. “Tivemos superávits bastante altos. No segundo semestre, o superávit acumulado vai convergir para a meta de 2,45%”, disse o secretário do Tesouro, Joaquim Levy. Nos últimos meses do ano, as despesas do governo naturalmente crescem, com pagamento de férias e 13.º salário.

Por enquanto, a diminuição da meta não resultará em no-

vas liberações dos recursos do Orçamento bloqueados no início do ano para garantir a meta de superávit primário de 4,25% do PIB nas contas do setor público (governo central, Estados, municípios e empresas estatais). O resultado do setor público de julho será divulgado somente hoje pelo Banco Central. “Vamos esperar até o final de agosto para ter uma visão mais segura”, informou Levy.

De acordo com os dados divulgados ontem, as contas do Tesouro Nacional contribuíram para o resultado de julho com um superávit de R\$ 5,92 bilhões no mês passado, enquanto a Previdência e o Banco Central apuraram déficits de R\$ 2,26 bilhões e R\$ 18,1 milhões. O superávit acumulado no ano já é superior em R\$ 5,88 bilhões ao do mesmo período de 2003, quando registrou saldo de R\$ 32,09 bilhões, ou 3,77% do PIB.

Ao longo do mês de julho, o governo central acumulou uma receita líquida de R\$ 29,78 bilhões, elevando para R\$ 198,21 bilhões o

valor arrecadado ao longo dos primeiros sete meses de 2004. De janeiro a julho de 2003, a receita líquida do governo central foi de R\$ 167,3 bilhões.

O aumento na arrecadação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) é um dos principais motivos para essa elevação. Outras medidas também provocaram aumentos para os cofres públicos, como a mudança da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a retenção na fonte das contribuições das empresas prestado-



ras de serviço. O secretário do Tesouro destacou que a arrecadação da Cofins já foi caiu em julho em relação a junho.

Pelo lado das despesas, o governo central gastou no mês passado R\$ 26,142 bilhões. Ao longo dos primeiros sete meses, essas despesas custaram aos cofres públicos R\$ 160,237 bilhões. Somente os gastos do Tesouro nesse período corresponderam a 10,1% do PIB. As despesas com pessoal e encargos sociais, de janeiro a julho, ficaram R\$ 3,1 bilhões acima do registrado em igual período de 2003, reflexo do crescimento ve-

getativo da folha de pagamentos e da reestruturação de carreiras estratégicas.

Boa parte deste aumento de gastos se deve à elevação, em R\$ 7,6 bilhões, nos chamados gastos “discricionários”, ou seja, na parte do Orçamento que o governo tem liberdade para decidir onde e como gastar. Os ministérios da área social continuam gastando praticamente todos os recursos liberados. Até julho, os ministérios da Saúde, Educação, Previdência e Desenvolvimento Social utilizaram 98,3% dos limites de pagamento definidos pelo governo para o período.